

Sobre midiatização, mediação, poder e jornalismo

Demétrio de Azeredo Soster*

Índice

- | | |
|--|---|
| 1 A questão do ponto de vista especificamente jornalístico | 3 |
| 2 O momento é de continuidade, mas diferenciada | 6 |
| 3 Novas perspectivas operacionais | 7 |
| 4 Referências bibliográficas | 8 |

Resumo

Os webjornais representam bem mais que uma nova forma de se fazer jornalismo. O fato de terem como suporte a Internet, um ambiente altamente tecnologizado, faz com que a tecnologia deixe de lado seu papel acessório e se transforme em vetor de poder, porque instauradora de cultura. As fazê-lo, interfere de forma diferenciada no fazer jornalístico, midiatizando-o e tornando conceitos como o da credibilidade insuficientes para explicar o jornalismo.

Se admitirmos como verdadeira a proposição de Galimbert (2006), segundo a qual a

*Doutorando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); professor de jornalismo da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e gerente de redação do Jornal Vale do Sinos, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

técnica¹ é a essência do homem, basicamente porque, sem ela, o homem não teria sobrevivido biologicamente e se desenvolvido culturalmente, então podemos também aceitar que a técnica é uma forma de poder. Poder aqui entendido como “(...) a capacidade de produzir ou contribuir para resultados – fazer com que ocorra algo que faz diferença para o mundo” (OUTHWAITE e BOTTO-MORE, pág. 580, 1996). Técnica que é tão antiga quanto o homem, mas que se evidencia de forma mais contundente quando ele, o homem, vale-se dela não apenas para garantir sua sustentação imediata (por meio da caça, por exemplo), mas também para regular sua existência e a de seus próximos pelo viés do controle do tempo², como sugere Elias (1998).

¹Entenderemos técnica como o universo dos meios (as tecnologias), que em seu conjunto compõem o aparato técnico, quanto à racionalidade que preside o seu emprego, em termos de funcionalidade e eficiência. (GALIMBERT, pág. 8, 2006) Uma espécie de “remédio” à insuficiência biológica humana.

²“O que chamamos tempo significa um quadro de referência do qual um grupo humano – mais tarde, a humanidade inteira – se serve para erigir, em meio a uma seqüência contínua de mudanças, limites reconhecidos pelo grupo, ou então para comparar um certa fase, num dado fluxo de acontecimentos, com fases pertencentes a outros fluxos, ou ainda para muitas outras coisas” (ELIAS, pág. 61, 1998).

Sendo assim, parece-nos natural que o verbo poder não deva ser entendido como um ser em si, de caráter ôntico, mas como parte integrante da prática humana (RUIZ, 2004), que se insere nas relações e que se articula com um modo de ser da ação. Ação que existe somente em decorrência da intenção: “A ação é racional na medida em que segue premissas que sustentam e justificam sua realização” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, pág. 3, 1996). Poder, assim como a ação, é uma dimensão própria do homem quando este faz “(...) de sua prática uma criação e de sua relação uma forma exclusiva de interação”. Mas que não existe enquanto materialidade, por ser tratar “(...) de um símbolo, (...), uma palavra pela qual designamos um conjunto de significações polimorfos que pode adquirir diversos sentidos segundo as circunstâncias e o modo como se realizam as práticas humanas” (RUIZ, pág. 10, 2004).

Podemos estabelecer, ainda, alguns limites operacionais para o poder, não obstante suas fronteiras pouco precisas. A começar, como já observado, pelo fato de ele decorrer da ação social, que por sua vez não existe sem racionalidade. Para que haja racionalidade, é preciso que existam agentes inseridos nos processos por meio dos quais as ações são coordenadas (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996). A estes agentes denominamos mediadores. Neste sentido, poder resulta da ação racional dos atores que compõem a sociedade. Ou seja, o poder só existe como tal porque decorre de um movimento de mediação – neste caso dos agentes ao longo da ação social, cuja face mais visível é a transformação de significados. Ou, como sugere Silverstone (2002, pág. 33), a mediação é ela própria um movimento de sig-

nificados em constante transformação. Um movimento de poder, enfim.

Visto desta forma, portanto, não há problemas em afirmarmos que as relações humanas são mediadas pelo poder. Um sinal emitido por uma máquina não poderia ser vetor de poder, na medida em que o modo operacional tomaria para si o papel da racionalidade, que é própria do homem. Em outras palavras, máquinas não pensam: operam. Contudo, mesmo que não raciocinem, há de se convir que estes dispositivos³ – particularmente os que se prestam a propósitos comunicacionais, provocam sensações, criam ambientações, geram tensionamentos, porque interferem nos resultados e modificam realidades. Então, a tecnologia também pode operar como mediadora social na medida em que possibilita a transformação de significados. Pode ser vista como poder.

A partir dessa idéia, talvez fosse necessário, para uma melhor compreensão de nosso propósito, mudar o foco de observação e entender a tecnologia não mais como apêndice constitutivo do poder, mas como um algo que integra a racionalidade humana. Basta para isso admitirmos, a exemplo do que ocorre com a técnica, que o homem não existe sem tecnologia. O que nos permite pensar que o *ethos* do qual falava Sodré – ou “a consciência atuante e objetivada de um mundo social – onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo” (pág.

³Dispositivos serão aqui entendidos como mediações que contemplam aspectos situacionais e tecnológicos, mas também “(...) discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos (FERREIRA, PP. 89/90, 2003).

45, 2002) – não apenas sofre a influência de um poderoso aparato tecnológico, mas passa a depender dele para existir.

Contribui decisivamente para isso a expansão das grandes redes de comunicação, caso das televisivas, mas também o crescimento da internet em todo o planeta⁴, que têm suas origens remotas em invenções como as estradas de ferro e o advento do telégrafo. Juntas, estas outras tecnologias mudaram “(...) o sentido do tempo e do espaço de maneira radical” (HARVEY, 2000, p. 240). Assim, a tecnologia e a técnica deixam gradativamente de lado a posição de apêndices sociais, própria da pré-modernidade, e passam a ter nuances midiáticas, porque mediadas por dispositivos comunicacionais, configurando, assim, o processo de midiatização da sociedade. A midiatização ocorre quando os meios de comunicação começam a interferir com mais força na organização da sociedade e seus agentes, tornam-se, cada um com sua especificidade, vetores de poder.

1 A questão do ponto de vista especificamente jornalístico

Ao centrarmos a discussão especificamente no campo do jornalismo⁵, veremos que ele é

⁴Segundo o instituto Internet World Stats [<http://www.internetworldstats.com>], o número de usuários da web no mundo em 2006 é de 1 bilhão, ou 15% dos 6,4 bilhões de habitantes. De 2000 a 2005, de acordo com esta mesma fonte, o crescimento foi de 183%.

⁵Campo social no sentido proposto por Bordieau, como sendo “(...) o resultado ou o efeito de uma gênese, de um processo de autonomização secularizante bem sucedido, graças à aquisição da capacidade de impor, com legitimidade, regras que devem ser respeitadas num determinado sentido da experiência, ba-

particularmente atingido pelo fenômeno da midiatização, em especial a partir de seu aspecto produção. Entenderemos produção como pólo produtor de sentido, que tem no reconhecimento seu par mais imediato (VERÓN, 2005). O processo teria se iniciado com maior ênfase a partir das décadas de 1970⁶ (no mundo) e 1980 (no Brasil), quando da chegada dos primeiros computadores às redações, mas com mais força dez anos mais tarde, com a implantação da Internet⁷ em escala comercial. Se, até então, a tecnologia servia fundamentalmente de suporte para o trabalho dos jornalistas, viabilizando o exercício da profissão, foi a partir do momento em que as laudas foram substituídas pelas telas dos computadores – e quando baniram o cigarro⁸ das redações – que este tipo de mediação começa a sofrer uma transformação substancial.

seadas numa indagação racional metodicamente conduzida” (ORTIZ, 1983, pág. 192). É o que ocorre com o jornalismo, em especial a partir do momento em que ele passa a ser reconhecido como objeto de reflexão acadêmica.

⁶Marcondes Filho (2000) classifica o processo de informatização das redações como a segunda grande revolução do jornalismo – a primeira teria se dado em 1850, com a invenção da rotativa,

⁷Os demais suportes, particularmente os dispostos em rede – caso da televisão e do rádio – também são responsáveis por este processo, mas eles se diferenciam da Internet basicamente porque os modos de operação desta diferenciam-se em seus aspectos multimedialidade/convergência; interatividade; hipertextualidade; customização do conteúdo/personalização; memória e, finalmente, instantaneidade/atualização contínua.

⁸Curiosamente, a chegada dos primeiros computadores às redações deu-se paralelamente à proibição do tabagismo nestes ambientes, não porque o tabaco estava fazendo mal às pessoas que trabalhavam nas redações, mas porque as novas máquinas exigiam cuidados especiais.

Para compreendê-la melhor, é preciso observar que, no princípio, quando dos primeiros computadores, as novas máquinas afetaram principalmente o que chamaremos de especificidades funcionais, ou a forma como as funções eram desempenhadas nas redações⁹. Sua interferência manifestou-se mais visivelmente, portanto, na ordem das rotinas produtivas: se, antes, redigia-se em laudas a partir de máquinas de escrever, logo se passou a fazê-lo em telas de computador. Não demorou muito para que os computadores ganhassem interfaces mais inteligentes e começassem a possibilitar o desempenho de funções mais complexas, como a diagramação de páginas e o trabalho com imagens. Com isso, começa a mudar o fazer jornalístico para além de suas especificidades técnicas. Contudo, mesmo aqui esta transformação ainda não é muito diferente daquela ocorrida em 1850, quando das primeiras rotativas.

Acreditamos que é com a transposição dos jornais para a internet que a tecnologia começa a deixar de lado sua condição de apêndice operacional para se transformar em vetor de poder, basicamente porque passa a provocar alterações substanciais no modo operacional dos jornais a partir do que estes têm de mais caro. Ou seja, midiatiza o fazer jornalístico. Isso ocorre, por exemplo, com a credibilidade, espinha dorsal da profissão, que tem sua origem em algum lugar do século 17, quando os jornais, livres da censura¹⁰, passaram a circular sistemática-

⁹Se, no início, era abolida a função da lauda como pré-etape da fotocomposição e posterior revisão e montagem das páginas, manual, logo estas funções seriam assimiladas pelos próprios editores e repórteres.

¹⁰Na França, o decreto de 5 de julho de 1788 (li-

mente, adquirindo periodicidade e estabelecendo vínculos mais estreitos com as comunidades em que se inseriam. Tornando-se, assim, jornais. Para fins deste artigo, por credibilidade entenderemos um constructo caracterizado, entre outros, pela

- a) força dos argumentos;
- b) pelo reconhecimento da autoridade do autor destes argumentos,
- c) pela evidência de se tratar de um algo elaborado por um ou mais agentes com acesso ao momento em que as ações/decisões ocorrem,
- e, finalmente,
- d) pela aceitação, ainda que difusa, de sua isenção (distanciamento dos interesses), que se relaciona a seu acesso ao fato como observador.

Observe-se que o conceito de credibilidade acima descrito aplica-se principalmente a jornais impressos, revistas, rádios e televisões; suportes que operam com uma lógica operacional em que a referencialidade é externa. Ou seja, onde o escopo; o alimento encontra-se em algum lugar para além das redações. É preciso, portanto, buscá-lo; elaborá-lo; para somente então torná-lo um produto jornalístico. Com a expansão¹¹ da

berdade de imprensa, ainda que não plenamente), faz com que apareçam cerca de 70 periódicos no período imediatamente anterior à revolução. Quando esta aconteceu e foram proclamados os direitos do cidadão, este número passou para mais de mil. Algo parecido já havia ocorrido na Inglaterra, quando, em 1965, o *Regulation of printing and licencing* é revogado pelo parlamento.

¹¹O Ibope informa que o número de internautas residenciais que utilizaram a internet atingiu 13,2 milhões de pessoas em fevereiro de 2006, contra 12 milhões de janeiro do mesmo ano. O aumento é decor-

Internet como suporte para a atividade jornalística – e os webjornais¹² parecem ser uma das faces mais visíveis deste momento evolutivo, particularmente nos links onde as notícias são atualizadas constantemente –, esta lógica começa a sofrer alterações substanciais.

A mudança fica por conta do fato de os webjornais operarem predominantemente em uma lógica auto-referencial, nos moldes propostos por Luhman (1997) em sua releitura da teoria dos sistemas¹³. Ou seja, tendem a buscar em seu próprio corpo o “alimento” que necessitam, em um processo autofágico. Em o fazendo, invertem o movimento de referencialidade externa próprio dos suportes anteriores. Esta alteração, por

rência do crescimento do número de pessoas que moram em domicílios que possuem computadores com acesso à rede, que passou de 19,9 milhões para 21,2 milhões. O tempo de navegação foi de 17h33, contra 18 horas em janeiro, refletindo o menor número de dias do mês e os feriados de carnaval. Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil, em fevereiro, o número de domínios .br chegou a 880.782 contra 866.969 em janeiro.

¹²Webjornais são os veículos jornalísticos com suporte na Internet, de acordo com a definição de Fernando Artechê Hamilton (2002, On-line): “Consideramos o webjornalismo como a prática do jornalismo (em suas fases de produção, captação, edição e veiculação de notícias) na web, com as novas possibilidades que esta oferece em termos de recursos em todos os aspectos da atividade: da busca de informações em fontes na rede até os instrumentos de veiculação e interatividade. Deve-se levar em conta ainda no webjornalismo a possibilidade de digitalização e manipulação informática de todos os recursos de comunicação: texto, áudio, vídeo e interatividade. Consideramos ainda que webjornalismo é hoje sinônimo de jornalismo on-line”.

¹³Sistemas autopoieticos (ou auto-referenciais) têm a capacidade de produzir as unidades que necessitam para continuar operando, dispensando elementos externos.

sua vez, faz com que haja uma espécie de continuidade diferenciada em relação ao que vinha ocorrendo até então em termos de modo operacional. Gradativamente, os olhos do jornalista vão se voltando para dentro dos próprios computadores, quando antes olhavam principalmente para fora das redações, onde os acontecimentos ocorriam. Sob esta perspectiva, o que era familiar acaba soando cada vez mais estranho. Considerando que a familiaridade, que é decorrência da convivência (Luhmann, 2005), é uma das pré-condições para que haja confiança, somos impelidos a acreditar que esta mudança de comportamento acaba por afetar de alguma forma o que entendemos genericamente por credibilidade jornalística.

Há um outro elemento problematizante que deve ser considerado em nossa digressão: o fluxo de produção, personificado na transformação da velocidade em valor (VIRILIO, 1996). Durante muito tempo, o objeto-primeiro do jornalismo foi a notícia, ficando o item velocidade em segundo plano. Fatores como custo de produção e necessidade de novos mercados, entre outros, gradativamente tornam o “chegar mais longe e mais rápido” cada vez mais importante. A escala de valor alterou-se na mesma proporção em que as tecnologias se desenvolveram, até atingirem uma espécie de momento-limite, personificada, quando o assunto é jornalismo, na Internet. Passou a importar, em primeiro lugar, e cada vez mais, a rapidez de veiculação, não necessariamente a qualidade do que estava sendo noticiado.

Estamos, portanto, diante de um problema que se relaciona, de um lado, com a manutenção ou não de valores culturais, neste caso a credibilidade jornalística, enquanto que, de outro, com questões de cu-

no operacional-tecnológico. Ou, sob outro ângulo, com perspectivas de análise simultaneamente auto e heteroreferenciais. A abordagem auto-referencial, ou sistêmica, fica por conta do fato de admitirmos como pressuposto que os webjornais, para constituírem identidade, valem-se das mesmas formas-acessório (logomarcas, elementos referenciais, hierarquização temática etc.) que seus pares, ainda que de maneira secundária em relação a estes. Ou seja, tomam “emprestada” a identidade destes para constituir/consolidar a sua. A heteroreferencialidade liga-se a questões da ordem do reconhecimento, particularmente em ambientes especializados, caso das redações, e projeta nosso olhar em direção à produção.

2 O momento é de continuidade, mas diferenciada

As observações anteriores sugerem que, com a implantação dos webjornais, está-se diante de um momento de continuidade diferenciada em relação aos que se verificou quando da chegada dos suportes anteriores. O diferencial fica por conta do fato de ela seguir os moldes evolutivos observados até então – impresso, revista, rádio e tevê, porque também instauradores de cultura –, mas operar majoritariamente com nuances tecnológicas. Ou seja, a tecnologia segue afetando a técnica jornalística, criando formas, valores e conceitos. Basta observar que o aumento das tiragens por meio da chegada de novas máquinas, ainda no século 19, mudou a linguagem dos jornais e forneceu as bases para paradigmas como o da credibilidade.

Contudo, a influência da tecnologia sobre a técnica parece ser muito mais inci-

siva neste momento, basicamente porque, ao operar em caráter hegemônico, a tecnologia acaba exigindo adaptações muito diferenciadas das formas de operação técnica. Mudam a linguagem e os procedimentos operacionais, mas também o que sempre se entendeu como jornalismo. Muda, portanto, o local de atuação, que chamaremos, para fins deste artigo, genericamente de território, ou o “(...) conjunto de nossas experiências, (...) relações de domínio e apropriações no/com/através do espaço (...)” (HAESBAERT, 2004). Relações estas que se alteram substancialmente ao longo do tempo, o que nos permite afirmar, por outro lado, que,

se a idéia de território como ‘experiência total do espaço’, que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social, não é mais possível, não é simplesmente porque não existe essa integração, pois não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura. Trata-se assim de uma mudança de forma – de uma espécie de ‘deslocamento’ (HAESBAERT, 2004, pp. 78 e 79).

Se isso se dá desta forma é porque o caráter dinâmico do território é regido pelo movimento de seus agentes¹⁴. Assim, a cada novo agente, um novo território, até que este se desterritorialize e resulte em um novo território. É importante salientar que este deslocamento não ocorre de forma aleatória: “O território é um ato, uma ação, uma relação,

¹⁴“Conjunto de partes conectadas que tem uma consistência” (GOODCHILD apud HAESBAERT, 2004, p. 117).

um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo (...) que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAES-BAERT, 2004, p.127).

Observe-se que esta perspectiva é diferente da de Ianni, quando este se refere à desterritorialização como característica “(...) essencial à sociedade global em formação”. (1992, pág. 93-95). Para Ianni, o conceito de desterritorialização está ligado principalmente à noção de perda de identidade (economia, política, cultural etc.), decorrente basicamente do desenvolvimento econômico e tecnológico e das diferenças entre os países. Não considera, portanto, o espaço¹⁵ como “(...) teatro de fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações” (SANTOS, 1997, pág. 53), sejam elas hegemônicas ou não. Ao fazê-lo, descarta a possibilidade de reacomodação dos mais diferentes elementos que compõem o espaço.

Esta transformação, ou reacomodação territorial, personifica-se, entre outros, na rotina dos repórteres e editores, que, no caso dos webjornais, transformam-se, em um primeiro momento, em produtores de conteúdo¹⁶ – uma das exigências do suporte, dado à sua dinamicidade operacional. Ao fazê-lo, acabam por fragilizar a) sua autori-

dade como autor e b) a força dos argumentos que ele se vale para construir suas matérias.

Algo semelhante pode ser dito em relação aos jornais impressos: a proximidade com um suporte como a Internet, rico em informações e de fácil acesso, acaba por tornando cada vez mais desnecessária a busca de informações em ambientes externos à redação. Estes elementos – circularidade, interrupção da lógica referencial externa; fragilização identitária do autor, para ficarmos em três – acabam por provocar uma espécie de tensionamento, no cerne do qual estaria a continuidade diferenciada a qual nos referimos anteriormente.

3 Novas perspectivas operacionais

As considerações feitas até aqui sugerem que estamos diante de novas perspectivas operacionais, o que requer ferramentas diferenciadas de observação. Ou, segundo Machado, o momento evolutivo do webjornalismo pressupõe a compreensão de que a tecnologia representa a possibilidade de criação de um formato distinto de jornalismo. Formato este “(...) em que todas as etapas do sistema de produção de conteúdos – desde a apuração até a circulação – são circunscritas aos limites do ciberespaço” (2003, pág. 35).

Com isso; com a circunscrição da prática jornalística ao ciberespaço, portanto em caráter auto-referencial, sem ambientações exógenas, a tecnologia deixa de se tornar mero suporte e passa a mediar relações, produzindo sentido. Se produz sentido, é porque possibilita sensações (faculdade de sentir), direção (faculdade de se orientar) e significado (faculdade de julgar) – três elemen-

¹⁵Espaço como sinônimo de lugar. “Cada Lugar é, desse modo, em qualquer momento, um sistema espacial, não importa qual seja a idade dos seus elementos”. (SANTOS, 1997, pág. 66)

¹⁶Os produtores de conteúdos se alimentam de matérias requeitadas, de *flashes* que copiam de outros sites ou portais, de informações de segunda e terceira mão, sem jamais se deslocar pessoalmente ou se comunicar diretamente por telefone com a fonte ou fontes de informação. Eles pretendem dar os fatos brutos, *news*, sem comentário nem exercício de estilo (ADGHIRNI; RIBEIRO, 2001, p. 55).

tos constitutivos da dimensão perceptiva do hábito¹⁷. (BARROS FILHO e SÁ MARTINO, pág. 71, 2003). Instaura, portanto, cultura. Ao fazê-lo, proporciona a criação de significados (OUTHWAITE e BOTTMORE, pág. 163, 1996), tornando-se vetor de poder. Mas com uma diferença: o poder não reside mais necessariamente nas inter-relações, como vinha ocorrendo até então. Ele agora se autonomiza, opera em rede e depende majoritariamente da tecnologia para exercer sua razão de ser, tornando o fazer humano secundário. Ele é, então, a própria tecnologia.

É bem verdade que, se olharmos para trás, veremos que não é possível pensarmos em jornalismo sem interferência tecnológica, ainda mais se admitirmos que ela – a tecnologia – é inerente ao sistema social em que nos inserimos. Ou, como apontou Sodré (1999), porque o jornalismo nasce e se desenvolve com o capitalismo, que não existe sem tecnologia. O problema é que há uma diferença substancial entre a tecnologia que se inaugura em 1850, quando da primeira rotativa, e a surgida a partir de 1995, quando os jornais migram para a Internet, transformando esta em um novo e promissor suporte. A primeira serve fundamentalmente para mediar relações e processos. A segunda, mediatiza estas mesmas relações e processos, deslocando para si o vetor do poder e transformando substancialmente sentidos seculares. Resta saber o que significam estes novos horizontes conceituais.

¹⁷Hábito como “um tipo particular de saber prático, ou seja, de conhecimento voltado para a ação, para a práxis” ((BARROS FILHO e SÁ MARTINO, pág. 69, 2003)

4 Referências bibliográficas

- ADGHIRNI, Zélia Leal; NUNES RIBEIRO, Gilson de Souza. *Jornalismo On-line e identidade profissional do jornalista*. In: Revista da Comunicação e Espaço Público: Brasília, UNB, 2001.
- BARROS FILHO, Clóvis de; SÁ MARTINO, Luís Mauro. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
- FERREIRA, Jairo. *O conceito de dispositivo: explorando dimensões de análise*. Ecos Revista. Pelotas: Universidade católica de pelotas – Educat, v. 7, n. 2, jul. – dez. 2003.
- FILHO, Ciro Marcondes. *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.
- GALIMBERT, Umberto. *Psiche e Techne: O Homem na Idade da Técnica*. São Paulo: Paulus, 2006.
- GALINO, Luciano. *Dicionário de Sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAMILTON, Fernando Arteche. *Caiu na rede é notícia: uma análise sociológica do Webjornalismo*. Tese de mestrado. Disponível em: <<http://cehcom.univali.br/monitordemidia>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2002.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

- IANNI, Octávio. *O príncipe eletrônico*. In: *Enigmas da Modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JOHSON, Alan. *Dicionário de Sociologia – Guia Prático da Linguagem Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997
- LEMONS, André. *Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LUHMANN, Niklas. *Confianza*. México: Anthropos, 2005.
- LUHMANN, Niklas. *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ufrgs, 1997.
- MACHADO, Elias. *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1991.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996
- RUIZ, Castor. *Os Labirintos do Poder: – O Poder (do) Simbólico e os Modos de Subjetivação*. Porto Alegre: Escritos, 2004
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Unictec, 1997
- SODRÉ, Muniz. *O ethos midiático*. In: *Antropológica do espelho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SILVERSTONE, Roger. *Mediação*. In: *Por que estudar a mídia?*. São Paulo: Loyola, 2002.
- VERÓN, Eliseo. *Fragmentsos de um Tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1976.